

Revista

CFN

JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL - 2003 - ANO III Nº 09

Conselho Federal de Nutricionistas

***BALANÇO 2002 E
AÇÕES PARA 2003***



PUBLICAÇÃO DO CONSELHO
FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

SRTVS, Qd. 701,
Ed. Assis Chateaubriand, Bloco II,
Sala 406 – Brasília/DF
CEP 70340-000
Home page: www.cfn.org.br
E-mail: cfn@cfn.org.br
Tel.: (61) 225-6027
Fax: (61) 323-7666

PRESIDENTE

Rosane Maria Nascimento da Silva

VICE PRESIDENTE

Maria de Fátima Fuhro Martins

SECRETÁRIA

Nancy Sayoko Miyahira

TESOUREIRA

Ida Cristina Leite Veras

COMISSÃO DE TOMADAS CONTAS

Fátima Christina de Castro Santana
Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
Maria Helena Prazeres de Souza

COMISSÃO DE ÉTICA

Fátima Christina de Castro Santana
(Coordenadora)
Arlete Santos Moreira
Maria Helena Prazeres de Souza

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
(Coordenadora)
Amelia Gomes Moreira Vaz
Nancy Sayoko Miyahira

COMISSÃO DE ENSINO

Leopoldina Augusta Souza Sequeira
(Coordenadora)
Celeste Alves Moura
Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
Ida Cristina Leite Veras
Rosane Maria Nascimento da Silva

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Rosana Maria Carolo da Costa e Silva
(Coordenadora)
Miriam Regina Fagundes Salomão
Celeste Alves Moura
Eliana da Silva Rezende
Arlete Santos Moreira

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Miriam Regina Fagundes Salomão
(Coordenadora)
Fátima Christina de Castro Santana
Maria Rosa de Macedo dos Santos

EDITORA

Socorro Aquino 2091/DF

PROJETO GRÁFICO

Wellington Braga

TIRAGEM

30.000 exemplares

PERIODICIDADE

Quadrimestral

Alimentação reforçada no atendimento integral



A hora das refeições também faz parte do processo educativo de valorização do alimento e formação de bons hábitos de comportamento à mesa.

O
I
R
a
m
u
S

EDITORIAL	3
BALANÇO DO CFN/2002	4
CRN EM AÇÃO	6
AÇÕES & PARCERIAS	8
MERENDA ESCOLAR	10
ASBRAN	14
POLÍTICAS PÚBLICAS	15
PESQUISA SOBRE O NUTRICIONISTA	16
HISTÓRIA DO ENAEN	17
III FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	18
AGENDA	20

Ações do Sistema beneficiam o nutricionista e a sociedade

Mais uma vez nos dirigimos aos nossos leitores para divulgar nossas principais ações e um pouco do muito que ocorre no amplo campo da Nutrição, tarefa que em tempos de comunicação em tempo real não é fácil.

Em nossa última edição apresentamos nossa expectativa frente às mudanças políticas que começavam a se instalar no país. Hoje, quase três meses após a posse do novo governo, podemos fazer um breve relato das ações que foram desenvolvidas pelo Sistema CFN/CRN, nas áreas de Alimentação e Nutrição.

Em continuidade ao processo propositivo assumido pelo CFN perante as políticas públicas que têm interface com a Nutrição, subsidiamos os novos gestores com documentos indicando estratégias para o desenvolvimento de ações nas políticas setoriais de Saúde, Educação, Trabalho e Segurança Alimentar.

Participamos de audiência com o Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) José Graziano. Na ocasião, discutimos o papel da missão da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil para conhecer o Programa Fome Zero (PFZ) e a inserção do nutricionista neste Programa; com a diretoria e técnicos da Secretaria de Programas do PFZ conhecemos os anteprojetos prioritários para análise e sugestões. Em audiência com o Secretário de Atenção à Saúde Dr. Jorge Solla, representando o Ministro da Saúde, discutimos a reestruturação do Ministério da Saúde e a posição da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN) neste novo contexto (*matérias pág. 8 e 9*).

Em paralelo, procuramos manter nossos vínculos com as organizações da sociedade civil e com as instâncias de controle social e/ou personalidades da área de Saúde e Nutrição, na busca permanente do amadurecimento de nossas estratégias para assegurar o componente nutricional associado ao acesso alimentar, reforçando o encaminhamento das propostas legítimas destes fóruns e defendendo a consolidação do papel do nutricionista. Nesse processo foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) - ao qual foi incorporado a palavra nutricional, apesar da sigla ter permanecido a mesma. Participamos das discussões para a indicação das representações da sociedade civil para este Conselho e conquistamos o assento da Associação Brasileira de Nutricionistas (ASBRAN).

No âmbito interno, além do desenvolvimento das ações previstas no nosso Planejamento Estratégico Situacional (PES) estivemos voltados para a implantação do Sistema Integrado dos Conselhos de Nutricionistas, com Informações sobre Nutrição (SIN), que tem como foco a unificação das informações referentes ao nosso Sistema num banco de dados.

A implementação do SIN é resultado das demandas apresentadas pelos CRN no PES conjunto e reflete a necessidade de se estruturar as informações do Sistema, para responder às necessidades dos gestores na priorização de ações que reflitam nas necessidades do profissional e da sociedade. Este complexo sistema informacional foi definido a partir das políticas e objetivos dos Conselhos Federal e Regionais. Dentre seus principais benefi-

cios está o nivelamento das informações dos Regionais num mesmo portal, favorecendo, principalmente, aqueles que possuem um precário sistema de informática; garantindo maior velocidade para o acesso à Internet e a capacitação de usuários nos CRN para acessarem o banco de dados, evitando-se o paralelismo de ações e assegurando a uniformidade na geração de dados.

O SIN viabilizará, também, o Cadastro Nacional dos Nutricionistas, o Cadastro Nacional das Empresas Inscritas, o Controle de Processos, de bens patrimoniais, dentre outros. Em sua fase inicial, realizada em janeiro último, efetivou a cobrança das anuidades dos nutricionistas e por ser um processo inovador implantado no Sistema CFN/CRN, enfrentamos problemas no desenvolvimento do primeiro módulo - Sistema de emissão dos carnês da anuidade 2003 - o qual foi desenvolvido de forma centralizada pelo CFN.

Pelos possíveis transtornos ou problemas que porventura tenham sido causados aos profissionais e às empresas inscritas nos CRN, nosso pedido de desculpas e, desde já, assumimos o compromisso de abreviar a solução dos mesmos em níveis federal e regional.

Por fim, o plenário eleito para o triênio 2000/2003 encerra sua gestão em maio deste ano. Esperamos ter contribuído para o exercício da profissão, orientando nossos profissionais e produzindo normas que tenham facilitado suas funções.

Muitas sementes foram plantadas e esperamos que muitas delas tenham continuidade na medida em que foram revertidas, favoravelmente, no crescimento profissional e no bem-estar da sociedade.

Rosane Maria Nascimento da Silva

Presidente do CFN

CFN propõe ações para a consolidação da profissão

A Diretoria do CFN pautou sua atuação em 2002 no desenvolvimento do seu Planejamento Estratégico Situacional (PES) e no Plano de Metas estabelecido para 2002. As principais diretrizes destas ações foram direcionadas para a valorização do nutricionista, garantindo a estrutura necessária para a execução dos projetos propostos e assegurando as condições favoráveis para o exercício profissional.

Assim, além das suas atribuições, a Diretoria intensificou as articulações com diversas instituições públicas e privadas, firmando acordos de cooperação em nível nacional e

nas jurisdições dos Conselhos Regionais de Nutricionistas. Dentre as diversas parcerias podemos destacar as firmadas com o Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT/ Ministério do Trabalho, com o Instituto Hospitalidade, com a Associação Brasileira de Cestas Básicas (Abracesta), com a Federação Nacional de Nutricionistas (FNN), com a Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN) e com a Associação dos Profissionais de Saúde da Família.

Para otimizar sua estrutura administrativa, o Conselho Federal priorizou a adequação dos recursos humanos, da área física e do sistema de in-

formática, visando a inter-relação do Sistema CFN/CRN.

A integração com as entidades de nutricionistas também foi um dos destaques do trabalho realizado em 2002, reforçado pela participação em fóruns de discussão coletiva (FNN, FENTAS, CIAN etc.). O CFN buscou o permanente intercâmbio com as entidades de nutricionistas que compõem o Mercosul, com o propósito de garantir o exercício profissional dos nutricionistas dos países-membros.

A estratégia interna foi consolidada com o desempenho das comissões, cujas principais atividades destacamos a seguir:

AÇÕES DAS COMISSÕES

Ensino

Durante o ano de 2002, a Comissão de Ensino do CFN elaborou o parecer sobre a inscrição de egressos de cursos não reconhecidos; criou um banco de consultores que está cadastrando especialistas nas áreas de Alimentação e Nutrição; elaborou proposta de regimento para as câmaras técnicas de ensino; estabeleceu a obrigatoriedade para a inscrição de docentes nos CRN, visando a busca permanente da qualidade da prática profissional; avaliou o exame de suficiência realizado pelo CRN-3, encaminhado para de-

liberação no II Workshop de Ensino de Nutrição; elaborou o projeto de resolução sobre a inserção do tecnólogo, com o propósito de estabelecer critérios legais sobre profissionais de nível superior inscritos no Sistema CFN/CRN, e elaborou parecer sobre curso de extensão e o regimento das oficinas do XVI CONBRAN.

Comunicação

A Comissão confeccionou três edições da Revista do CFN, com tiragem de 30 mil exemplares, distribuídos para os nutricionistas inscri-

tos no Sistema; efetivou a contratação de serviço de clipping diário de matérias de jornais e revistas de circulação nacional. Matérias de destaque deste serviço estão sendo publicadas no site do CFN, no link *Nutrição & Mídia*; assessorou e organizou a 1ª teleconferência do Sistema sobre a Inserção do Nutricionista no Programa Saúde da Família, com transmissão simultânea para todos os Regionais; organizou eventos promovidos e apoiados pelo CFN, como o IV ETIFISC, o Seminário Nacional de Prescrição Dietoterápica e Exames Laboratoriais, o I

Seminário Nacional de Revisão do Código de Ética e o CONBRAN; efetivou assessoria de comunicação agendando entrevistas e respondendo matérias divulgadas na mídia; reforçou a comunicação com os nutricionistas e estudantes de todo o Brasil respondendo semanalmente à demanda de e-mails, correspondências e ligações telefônicas.

Fiscalização

Elaborou, juntamente com os Conselhos Regionais, a proposta para a Política Nacional de Fiscalização; iniciou o cadastramento, através dos CRN, de pessoas físicas e jurídicas e suas diversas situações nas jurisdições; propôs alterações nos formulários de Auto de Infração(AI) e Termo de Visita(TV) e elaborou proposta de minuta de resolução sobre a inscrição de nutricionistas estrangeiros.

Ética

Elaborou a minuta do Código de Ética do Nutricionista, foco do **I Seminário de Revisão do Código de Ética dos Nutricionistas**, realizado em dezembro de 2002. O objetivo era, também, atualizar os instrumentos legais voltados para o exercício da profissão. Revisou e atualizou a Resolução 178/96 sobre Processo Disciplinar; iniciou a revisão do Manual de Processamento Disciplinar; publicou a Resolução 277/02 sobre patrocínio de eventos dos nutricionistas e concluiu a resolução sobre publicidade do nutricionista; publicou no site do CFN a recomendação sobre divulgação e publicação de informações pelos nutricionistas; finalizou a minuta sobre o Código de Ética dos Técnicos em Nutrição.

Licitação

Esta Comissão efetivou seis licitações para o CFN – impressão da



Primeira Oficina do PES, realizada em janeiro de 2003, com representantes do Sistema CFN/CRN

revista do CFN, fornecimento de passagens e de formulários padronizados (CIP, fiscalização, técnicos, CRO), para a realização da Pesquisa Nacional do Nutricionista; para dar seqüência ao modelo de gestão do CFN – Planejamento Estratégico Situacional (PES) e para a reforma da sede do Conselho, com o objetivo de otimizar os espaços disponíveis em consonância com o modelo de gestão.

Avaliação Positiva

Apesar das dificuldades encontradas, principalmente porque muitas conselheiras integram mais de uma comissão e, portanto, precisam atender às demandas apresentadas, as comissões constataram que grande parte das metas estabelecidas para 2002 foram cumpridas.

O CFN buscou o permanente intercâmbio com as entidades de nutricionistas que compõem o Mercosul, com o propósito de garantir o exercício profissional dos nutricionistas dos países-membros.



✓ CRN 1

DF-GO-
TO-MT

Regional aposta no PES

A principal meta do CRN-1 para este ano é a implantação do seu Planejamento Estratégico Situacional-PES, com o propósito de otimizar os serviços prestados pelo Conselho. Dentro desta proposta, o CRN está empenhado na elaboração e execução de projetos de cursos de aperfeiçoamento e na realização de debates com Responsáveis Técnicos em toda a jurisdição, visando o aprimoramento e a valorização do nutricionista.

✓ CRN 2

SC-RS

Valorizando a interiorização

Em 2003, o CRN-2 promoverá a integração com as instituições de ensino superior orientando os formandos e avaliando o grau de aprendizagem. Nesta área, o Regional realizará, também, pesquisa para analisar a opinião dos futuros nutricionistas sobre o curso de Nutrição.

A valorização da interiorização é uma das grandes metas do Regional para consolidar a qualificação profissional, principalmente no que se refere à legislação vigente. Assim, serão realizados encontros, seminários e outros fóruns para discutir o assunto.

O CRN promoverá seminários para divulgar o Código de Ética do Nutricionista e fará ampla distribuição de exemplares, e participará do programa da disciplina Ética nas instituições de ensino superior. Priorizará, ainda, ação política junto ao Poder Público e à sociedade civil organizada oferecendo suporte técnico aos projetos políticos, defendendo a inserção do nutricionista nas diversas áreas de atuação.

Em seu programa de atuação consta, também, a divulgação de material institucional.

✓ CRN 3

MS-PR-SP

Ampliando a atuação

Dando continuidade às atividades de orientação profissional a nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética, o CRN-3 está reforçando, na área de recursos humanos, a promoção de novos treinamentos internos para um melhor atendimento a profissionais e empresas, e contratando fiscais para ampliar as ações de fiscalização orientadora.

Na área organizacional pretende viabilizar a instalação de uma videoteca/biblioteca e de salas para reuniões de Câmaras Técnicas/Comissões, sempre procurando o melhor atendimento dos seus inscritos. No âmbito dos projetos profissionais vai elaborar material de divulgação das diversas áreas de atuação do nutricionista para sensibilizar empresas/entidades. Realizará, também, seminário de apresentação do diagnóstico da atuação do nutricionista na área hospitalar, comparando os levantados em 2002, com a realidade encontrada em 1997. Outra ação ampla está sendo feita pela Câmara Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional, que está finalizando a proposta de projeto de lei para inserção da educação alimentar e nutricional como disciplina obrigatória no currículo das escolas de São Paulo.

Para a alimentação coletiva está desenvolvendo projetos e cursos de educação continuada, enfatizando os segmentos de restaurantes comerciais, padarias, alimentação escolar e outros. Dentre suas propostas está o desenvolvimento de um "Programa de Apoio ao Nutricionista para Inserção no Mercado de Trabalho", procurando fornecer-lhe ferramentas de melhor preparo para atender às demandas do mercado.

O Regional vai mapear as áreas de atuação dos profissionais em todas as prefeituras da jurisdição, seja em alimentação

escolar, hospitais, VISA e etc. Finalmente, dentro dos projetos políticos, buscará o aumento de suas inserções nos programas sociais das diversas instâncias governamentais, com ênfase para aqueles incluídos no Projeto Fome Zero do governo federal.

✓ CRN 4

MG-ES-RJ

Rio Saudável Gastronomia

Entre os meses de maio e julho de 2003, a cidade do Rio de Janeiro estará oferecendo aos seus habitantes e turistas o Festival Rio Saudável Gastronomia, que tem como objetivo divulgar o conceito de alimentação saudável. Essa iniciativa do Instituto de Nutrição Annes Dias / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conta com a parceria do CRN-4 e o apoio de diversos órgãos e entidades, como Riotur, Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Federação do Comércio do Rio de Janeiro e outros.

A proposta do Rio Saudável Gastronomia é sensibilizar a opinião pública para a importância da adoção de hábitos e alimentação saudáveis, numa demonstração de que é possível combinar – harmoniosa e prazerosamente – gastronomia e saúde. Além disto, o evento estimulará a culinária carioca a expor sua criatividade e multiplicidade cultural.

Todos os restaurantes da cidade serão convidados a participar do Festival, cujo "prato principal" será servido nos restaurantes, bares e hotéis da cidade, no período de 26 de maio a 27 de julho de 2003. Para participar, basta que o estabelecimento ofereça em seu cardápio pelo menos um prato ou um menu (couvert + prato principal + sobremesa) saudável, em conformidade com os "Parâmetros para Composição do Cardápio Saudável", definidos pelas nutricionistas do Instituto de Nutrição Annes Dias e CRN-4.

SAIBA MAIS SOBRE OS CRN EM NOSSO SITE

www.cfn.org.br/regionais

Uma comissão organizada pelo CRN-4 e composta por nutricionistas avaliará os menus. Um prato selecionado de cada restaurante fará parte do livro de Receitas do Rio Saudável Gastronomia, que estará à venda para o público, com lucro revertido para programas sociais.

A iniciativa vem ao encontro da proposta do Sistema CFN/CRN de ampliar a atuação do nutricionista na área de restaurantes estimulando, inclusive, a realização de propostas semelhantes em outras cidades. O CRN-4 espera ainda que esta seja uma oportunidade de obtenção de dados que subsidiem a revisão da proposta de Resolução 229/99, que determina o registro dos restaurantes comerciais nos Conselhos Regionais de Nutricionistas.

O CRN-4 defende que este setor se cadastre no Conselho, sem ônus de pagamento de anuidade, pois entende que a relação com este segmento deve se dar visando a ocupação deste espaço de trabalho pelo nutricionista, o que certamente não ocorrerá através de uma pressão legalista.

✓ CRN 5

SE-BA

Regional investe em parcerias

Dentre as propostas do CRN-5 para 2003, destaca-se o empenho do Regional em dinamizar seu trabalho de fiscalização, tornando os processos mais ágeis, aumentando, assim, os recursos provenientes do pagamento das anuidades das pessoas jurídicas; a efetivação do convênio com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/Bahia e a realização do I Fórum de Restaurantes Comerci-

ais e Hotéis da Bahia.

O CRN pretende, também, fortalecer seu intercâmbio com a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal da Bahia e Sergipe e promover o XI Encontro dos Profissionais de Nutrição, em comemoração ao Dia do Nutricionista – 31 de agosto. Ainda com o propósito de fortalecer suas parcerias, desenvolverá com o SESC vários trabalhos visando a atualização técnico-científica do nutricionista e investirá mais na aproximação com os órgãos públicos, universidades e a mídia. “Com estas ações estaremos defendendo e divulgando o espaço do nutricionista e a missão do CRN-5”, enfatiza a presidente Eliana Gomes.

✓ CRN 6

PE-AL-PB-
RN-PI-MA-CE

Jornada de nutricionistas

O CRN-6 está programando para este ano a realização da IV Jornada de Atualização em Nutrição. Na programação deste evento consta o curso sobre **Determinações Bioquímicas Aplicadas à Nutrição Clínica**, a ser ministrado pela conselheira Ana Célia Oliveira dos Santos, doutora em Ciências Biológicas e professora de Bioquímica do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Pernambuco.

O principal objetivo do curso é atualizar os nutricionistas da jurisdição, atendendo de maneira ética e técnica à resolução do CFN sobre prescrição dietética e solicitação de exames.

Outro evento programado pelo CRN-6 é o encontro: **A Nutrição e Você**, que terá como eixo a valorização

e divulgação da atuação do nutricionista como profissional da área de saúde junto à comunidade.

✓ CRN 7

PA-AC-AM
AP-RO-RR

Valorização profissional

Em 2003, o CRN-7 pretende realizar ações que dêem continuidade à proposta de valorização do nutricionista através da orientação técnico-legal. Para isso, o Regional reformulou o enfoque de atuação da fiscalização, que passou a se pautar pela Política Nacional de Fiscalização, cujo tripé é formado pela **orientação, capacitação e legislação**.

O CRN-7 acredita que a qualificação da prestação de serviços na área de alimentação e Nutrição depende do empenho de cada profissional em manter-se atualizado tecnicamente e de conhecer a legislação pertinente à categoria. Para o Regional esta conduta proporcionará a valorização do profissional e da profissão.

Dentre outras atividades programadas destaca-se a **IV Jornada de Nutrição da Amazônia**, com ênfase para a produção técnico-científica dos profissionais da jurisdição. Este evento dará aos nutricionistas a oportunidade de apresentarem seus trabalhos, desde que se enquadrem nas normas estabelecidas pelo regulamento da Jornada.

O Regional realizará vários eventos nas datas de destaque para a Saúde e Nutrição envolvendo a comunidade. Assim, cumprirá dois objetivos: tornar mais conhecida e valorizada a Nutrição e colaborará com a saúde da população.

CIAN discute os rumos da Alimentação e Nutrição

A última reunião da Comissão Inter-setorial de Alimentação e Nutrição (CIAN) discutiu a reestruturação do Ministério da Saúde, proposta pelo novo governo e o caminho da política de Alimentação e Nutrição dentro desta nova conjuntura. Com as novas mudanças, a Coordenação Geral do Programa de Alimentação e Nutrição (CGPAN) teria sido relegada ao mesmo nível de programas como o saúde bucal, o de controle de diabetes e de hipertensão, subordinada a uma subsecretaria que ainda não possui denominação.

Fortalecimento da CGPAN

Em audiência, este assunto foi discutido pelo CFN e ASBRAN com o representante do ministro da Saúde, o secretário de assistência à Saúde, Jorge José Santos Solla, que afirmou que a reestruturação do Ministério não acarretará a redução da importância da CGPAN e que as diretrizes desta Coordenação serão mantidas.

Nesta reunião foram discutidas as inter-relações do Programa Fome Zero (PFZ) com

a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a reestruturação proposta, principalmente no que se refere ao descumprimento da Lei 8080, que normatiza as principais funções do CNS. No segundo dia, o representante do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) falou sobre o PFZ.

Ao final do evento foram formados três grupos para discutir a relação do Fome Zero/Programa Nacional de Alimentação e Nutrição(PNAN); a reforma do MS e a estrutura do PNAN/CGPAN no novo MS. As discussões destes grupos foram apresentadas, como recomendações ao CNS, em março último.

Um amplo documento com pontos fun-



damentais para a análise das interfases entre as ações de Alimentação e Nutrição desenvolvidas atualmente no Ministério da Saúde e o PFZ foi encaminhado ao Secretário, com sugestões para o aprimoramento e ampliação dessas ações.

Segundo o Secretário, a estrutura organizativa da CGPAN foi fundamental para a implementação da primeira etapa do Programa Fome Zero, principalmente, o cadastro das pessoas que precisam ser atendidas, ou já participam dos programas de alimentação e nutrição. Para Jorge Solla, a Coordenação Geral deve incorporar ações efetivas de alta e média complexidade, ou seja, atuar em políticas mais específicas, como por exemplo, na atenção dietética como componente do processo de prevenção de doenças e da recuperação da saúde.

Além do CFN participaram da reunião a ASBRAN, ACELBRA, ABIA, CGPAN, FENTAS, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, IMIP, Comunidade Solidária e a Pastoral da Criança.

CFN participa de reunião com o MESA

Em 4 de abril, o CFN e a ASBRAN participaram de reunião com o ministro José Graziano, do MESA. A audiência foi solicitada pelo ministro em decorrência da publicação do manifesto das entidades de Nutrição, que questionava a presença no Brasil de equipe da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para participar do Programa Fome Zero.

A informação foi publicada na imprensa e relatava que a equipe era composta, dentre outros profissionais, por nutricionistas americanos. Ao ser questionado,

José Graziano mostrou-se surpreso com o teor do manifesto e esclareceu que o Ministério não tinha o propósito de desenvolver o Programa com a USAID.

O ministro afirmou na reunião que tem interesse em discutir a execução do Fome Zero com as entidades de Nutrição, bem como a participação do nutricionista na equipe do Programa. As entidades reafirmaram o propósito de contribuir para a efetiva implantação desta política, participando tanto das equipes de gestão quanto dos fóruns nacionais de discussão com a sociedade civil.

CFN apresenta sugestões ao CONSEA

As recomendações discutidas na reunião da CIAN foram encaminhadas, também, para a primeira reunião ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), pela representante dos nutricionistas neste fórum, a nutricionista Sandra Chemin (ASBRAN).

Nesta reunião, a ASBRAN apresentou uma Moção onde revela a preocupação das entidades de Nutrição quanto à proposta de reestruturação institucional da CGPAN que, segundo a Associação, perdeu seu "status institucional, com seu rebaixamento hierárquico, o que conseqüentemente acarretará perda de autonomia e afastamento do processo decisório".

Reunião com a coordenação de projetos do Fome Zero

Em 1º de abril, o CFN participou de reunião com representantes da Secretaria de Programas de Segurança Alimentar do MESA, que relataram as ações que estão sendo desenvolvidas nesta área. Após a apresentação das diretrizes da Secretaria, o CFN concluiu pela necessidade de se criar uma Câmara Técnica de Segurança Alimentar para definir as ações e encaminhamentos do setor.

Campanha Nacional contra o Ato Médico

Em dezembro último, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal reconheceu a constitucionalidade o Projeto de Lei do Senado (PLS) 025/2002, que define o Ato Médico, ou seja, estabelece que todos os procedimentos diagnósticos ou terapêuticos que envolvam a prevenção e os cuidados da atenção primária, secundária e terciária são restritos e de responsabilidade do médico. A matéria causou a reação imediata das entidades que representam os demais profissionais da saúde e que compõem o Fórum de Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (FENTAS), que está organizando uma campanha nacional contra o Ato Médico, que será lançada em abril.

FENTAS discute PLS 25 com MS

Em audiência com a representante do Ministro da Saúde, Maria Luiza Jaerge, o FENTAS foi informado de que já foram realizadas três reuniões com a representação dos médicos onde se discutiu a necessidade de se negociar o PLS. O Ministério aponta como seus principais fundamentos para a

negociação os princípios do SUS, que defendem a atuação de diversos profissionais nas áreas de atenção básica à saúde. No Ministério será criada uma Câmara de Negociação.

O projeto do Ato Médico está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), presidida pelo senador Romero Jucá (PSBD/RR), que indicou como relatora a senadora Roseana Sarney (PFL/MA).

CFM altera PL 25

A reunião do FENTAS de 31 de março, contou com a participação do médico Mauro Fisberg do Conselho Federal de Medicina (CFM), que falou sobre o PL 25, informando, inclusive, que serão feitas alterações no texto original. Segundo o conselheiro, o inciso I do PL será revisto, tendo em vista que as atribuições ali destacadas não são exclusivas do médico e destacou que o diagnóstico de doença é atribuição exclusiva dos médicos, fato que não é previsto nas demais categorias de saúde, com exceção dos odontologistas e veterinários.

Segundo o médico, outra alteração será feita no artigo 3º, parágrafo único, que ressaltará que as funções de administração das

atividades médicas serão exercidas pelos próprios médicos; as demais categorias têm essa prerrogativa estabelecida em suas leis específicas. O artigo 5º também será modificado.

O FENTAS solicitou que a nova redação do projeto seja apresentada e que a audiência pública prevista, com as entidades médicas, não se realize já que o CNS fará um seminário para debater o PL. Outras deliberações da reunião foram a proposta de que o PL 25 seja acoplado à Lei de Medicina nº 2368 e que defenda os princípios do SUS. Os médicos já solicitaram à senadora Roseana Sarney que adie a tramitação.

ALERTA

Nutricionista! Não aceite nenhum tipo de pressão ou constrangimento no exercício de suas atividades. Continue desenvolvendo suas funções, como bem estabelece a Lei 8.234/91, e participe da mobilização nacional contra o ato médico, que não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Contra a regulamentação dos tecnólogos

Representantes do CFN e do FENTAS participaram de reunião com o senador Gustavo Botelho (PDT-RR), em abril último, para reforçar a posição destas entidades contra a regulamentação da profissão de tecnólogo, expressa no PLC 090/01. O senador é o relator do projeto no Senado Federal.

As entidades entregaram ao parlamentar documento elaborado pelo FENTAS e cópia de deliberação do CNS com parecer contrário à formação de tecnólogo na área de Saúde. Estes documentos estão divulgados no site www.cfn.org.br.

O CFN acompanhará todo o trâmite desta matéria no Senado.

Reunião do CNS com o Ministro da Saúde

A última reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizada nos dias 12 e 13 de março, contou com a participação do Ministro da Saúde Humberto Costa, que apresentou diversas medidas para a melhoria da atenção básica e ampliação dos recursos para os municípios. Dentre as principais proposições citadas pelo Ministro destacam-se a destinação de R\$ 363 milhões para a expansão do Programa de Saúde da Família (PSF) e para o PACS e a implantação de 4 mil novas equipes do PSF. No encontro, Humberto Costa defendeu a antecipação da 12ª Conferência Nacional de Saúde para este ano – o evento estava marcado para 2004 – apresentado como principal justificativa o fato de que as discussões da Conferência podem contribuir para a elaboração do Plano Nacional de Saúde. A mudança foi acatada pelos membros do CNS.

Alimentação e Nutrição

Foi aprovada a proposta do conselheiro Augusto Alves de Amorim, coordenador da CIAN, de que a CGPAN tenha uma estrutura formada no organograma do MS, com a criação do Departamento da Política de Alimentação e Nutrição vinculado à Secretaria de Atenção à Saúde. Amorim recomendou ainda, que o CNS autorize a Coordenação Nacional do Programa Bolsa-Alimentação a disponibilizar aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, o acesso, para consulta, ao Sistema de Informações do Programa, afim de que os mesmos disponham de mais uma ferramenta para o controle social do Programa. O assunto será retomado pela CIAN para discussão e seleção de dados interessantes ao controle social e foi pautado para a próxima reunião do CNS.

Entidades fortalecem parceria

O CFN e a Federação Nacional dos Nutricionistas (FNN) firmaram em 27 de março último, nova parceria com a assinatura de um protocolo de intenções mútuas, onde as entidades se comprometem a desenvolver ações conjuntas para a valorização do nutricionista, o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores da categoria e para o desenvolvimento de políticas de aproximação com as demais entidades nacionais que congregam nutricionistas ou estudantes de nutrição.

Uma visão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

Élido Bonono*

É com muita expectativa que toda a sociedade brasileira, e em particular, os nutricionistas, aguardam as primeiras iniciativas do governo Lula para colocar em prática os diversos programas que compõem o chamado Projeto Fome Zero, carro-chefe de seu governo. Dentre eles, propõe-se à ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como “Merenda Escolar”, sobre o qual faremos algumas reflexões.

Este Programa que vigora no país desde meados dos anos 50, teve diferentes

denominações e formas de gestão, contudo, manteve sua continuidade, o que raramente se observa em políticas públicas no Brasil, e atende a mais de oito milhões de alunos segundo dados divulgados pelo Fome Zero. Sem querer entrar na polêmica se a escola está ou não desvirtuando suas funções, como contestam alguns educadores, o Programa é de grande abrangência nacional e a escola passa a ser um equipamento fundamental de acesso a alimentos para uma parcela significativa de alunos de baixo poder aquisitivo do ensino infantil e fundamental. Devemos, no entanto, atentar para os principais objetivos definidos a partir da descentralização da Merenda Escolar e discutir de que modo dar-se-á a sua ampliação, e como nos colocaremos nesse processo. São eles: concretizar a garantia da regularidade do fornecimento da merenda, a melhoria da qualidade das refeições, o atendimento e melhoria dos hábitos alimentares, a diversificação da oferta de alimentos, o incentivo à economia local e regional, a diminuição dos custos operacionais como o Programa, e estímulo à participação da comunidade local na execução e no controle da Merenda Escolar. Alguns avanços foram indiscutíveis, tais como: aumentos do comprometimento social no controle dos recursos públicos, diminuição dos gastos operacionais, adequação dos cardápios aos hábitos alimentares dos alunos em distintas regiões melhorando a adesão ao Programa nessas localidades.

Todavia precisamos investir no Programa para além da distribuição de alimentos em quantidade; precisamos introduzir nas escolas o conceito e a prática de segurança alimentar garantindo alimentos saudáveis em quantidade e qualidade durante todo o ano. Para tanto, é imperativa a necessidade de majoração dos recursos financeiros que o governo federal

repassa aos municípios da ordem de R\$ 0,13 por dia, para cada aluno matriculado nos ensinos fundamental e infantil gratuitos, para aquisição de gênero alimentício.

Uma outra perspectiva, é a utilização do PNAE como um instrumento de identificação de famílias de risco, identificando perfis alimentares e nutricionais da comunidade fornecendo subsídios para políticas do SUS. Há de se implementar, ainda, programas de educação alimentar e nutricional com os escolares, familiares, professores, gestores e produtores rurais locais que promovam hábitos alimentares saudáveis e diversificados, privilegiem a vocação agrícola regional e que introduzam o componente de segurança alimentar. A elaboração dos cardápios é de responsabilidade do nutricionista com a participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), mas, para que o mesmo seja adequado aos escolares, deve-se incorporar produtos regionais e apoiar a organização dos pequenos produtores para fornecerem alimentos ao Programa.

Essa é um tipo de política compensatória, mas, necessária e efetiva na atualidade, que precisa ampliar a sua abrangência e aumentar a oferta de energia e nutrientes (especialmente proteínas, ferro, vitamina A, vitamina C e cálcio) para o público alvo do programa. Assim, a presença obrigatória do nutricionista na equipe, nas etapas de planejamento, coordenação, execução e avaliação do PNAE certamente dará um suporte técnico qualificado ao Programa, bem como proporcionará uma melhor assistência alimentar e nutricional ao público envolvido. Esforços são realizados para que isso aconteça.

*Élido Bonono (CRN-4/3094) é professor da Escola de Nutrição da UFOP e membro efetivo do CRN-4.



Alimentação reforçada no atendimento integral

A hora das refeições também faz parte do processo educativo de valorização do alimento e formação de bons hábitos de comportamento à mesa.

O Programa de Alimentação Escolar do município de Belém, gerenciado pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) vem garantindo, a partir do projeto político-pedagógico, o atendimento e acompanhamento da primeira etapa da educação básica, distribuída em dois ciclos de formação: o primeiro atende crianças de 0 a 3 anos e o segundo de 4 a 5 anos, em regime integral nas 33 Unidades de Educação Infantil do Município de Belém.

Desenvolvido por uma equipe de nutricionistas, o Programa tem como uma de suas características o atendimento integral da população infantil extensivo à família e à comunidade, realizado por uma equipe interdisciplinar.

Em nove dessas unidades é feito o atendimento a crianças de 0 a 2 anos, distribuídas em berçários I e II, fase esta que corresponde ao desmame e introdução de novos alimentos, onde se tem o cuidado de oferecer preparações em consistência apropriada a esta faixa etária, visando incentivar o processo da mastigação.

O serviço de alimentação vem contribuindo significativamente para o alcance das condições nutricionais necessárias para assegurar o crescimento e desenvolvimento das crianças matriculadas.

Para que a alimentação atenda os re-



quisitos nutricionais, garante-se nas preparações os nutrientes essenciais qualitativa e quantitativamente necessários, priorizando os alimentos de alto valor nutricional, capazes de atender aos hábitos das crianças, de preferência sem usar substâncias artificiais e estimulando a formação de hábitos saudáveis.

O nutricionista planeja, elabora, orienta, intervém e supervisiona o desenvolvimento das atividades, incluindo a avaliação individual das crianças. No caso de serem identificadas crianças com déficit ponderal é orientado um plano para a suplementação alimentar na própria unidade, com o objetivo de recuperar o estado nutricional, e feita a análise da situação sócio-econômica da família onde a criança está inserida. Conforme o caso, no final de semana são liberados gêneros alimentícios básicos, para garantir a continuidade do atendimento dispensado na unidade. Os casos mais graves são encaminhados para centros especializados.

Na elaboração dos cardápios são observados o balanceamento racional dos alimentos a serem servidos, consideran-

do safra, custos, disponibilidade no mercado etc. São oferecidas quatro refeições por dia: desjejum, almoço, lanche e jantar, para suprir aproximadamente 80% das necessidades nutricionais da clientela.

Na composição das preparações são utilizados gêneros perecíveis; carne, frango, peixe (regional), hortifrutigranjeiros, pão, iogurte além de gêneros secos básicos e produtos regionais (farinha de tapioca, farinha d'água).

A hora das refeições também faz parte do processo educativo de valorização do alimento e formação de bons hábitos de comportamento à mesa.

Após as refeições as crianças são orientadas a fazer a higienização bucal em local próprio, fator que contribui na prevenção da cárie. Vale ressaltar, que todas as unidades são equipadas com escovódromo.

O acompanhamento para continuidade do processo educativo é assegurado com a realização de cursos, oficinas e seminários de capacitação e atualização para os educadores e manipuladores de alimento.

Alimentos regionais reforçam a merenda escolar

No Município de Aracaju, Sergipe, a nutricionista Maria Melo Viana Portela (CRN-5/027) coordena o Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar (DNAE/Secretaria de Educação) que gerencia toda a alimentação escolar, desde a confecção dos cardápios, elaboração da listagem dos alimentos para a licitação, discussão dos cardápios com os professores e a preparação dos supervisores do programa. Mesmo sendo a única nutricionista nesta área no Município, Maria Portela acompanha todos os passos da Merenda Escolar através dos resultados constatados pelos supervisores, que checam a distribuição e aceitação dos alimentos, o armazenamento dos gêneros não perecíveis e a arrumação na dispensa das 80 escolas municipais e mais 14 filantrópicas que também são atendidas pela Prefeitura de Aracaju.

Produtos Regionais

A ação nutricional respeita os preceitos determinados pelo Fundo Nacional

para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), ou seja, um mínimo de 350 calorias e 9 gramas de proteínas para preencher 35% das necessidades diárias das crianças. E para obter melhores resultados na adaptação deste público, a nutricionista, que preparou 10 cardápios para 2003, priorizou os produtos regionais. Tangerina, arroz doce, sopa de feijão com macarrão, cuscuz com ovo, melancia e broa de milho são alguns dos alimentos presentes nas refeições servidas diariamente, uma única vez em cada um dos dois turnos das escolas.

“A aceitação dos produtos regionais é muito boa ao contrário do que constatamos com os formulados, que foram bastante rejeitados pelas crianças”, justifica a nutricionista. “O FNDE solicita que 70% dos alimentos sejam regionais, eu adicionei 90% e temos obtido ótimos resultados e o barateamento dos custos da merenda”, confirma.

Descentralização

Preocupada com a qualidade da alimentação em todas as escolas do Município,

Maria Portela optou pela descentralização da distribuição. Os fornecedores entregam os alimentos nas escolas de acordo com o cronograma estabelecido pelo DNAE. Alguns alimentos como o leite, broa de milho e pães são entregues no decorrer da semana e, para evitar desperdício, apenas a quantidade necessária.

Nos dois anos em que tem atuado neste programa, a nutricionista confirma que é visível a melhora da qualidade de vida das crianças beneficiadas pela merenda escolar. Apesar de não ter como auferir os resultados, Maria defende que este trabalho deve ser feito em parceria com a Secretaria de Saúde, que possui postos próximos aos locais de moradia dos alunos atendidos pelo programa escolar, para viabilizar um atendimento mais completo do aluno.

“O público beneficiado normalmente chega à escola, em sua maioria, infestado de verminoses. Ao longo do período em que passa a consumir a merenda percebemos claramente uma mudança. Este programa jamais deve acabar, jamais”, defende. A nutricionista, que sempre foi contrária à CPMF, mudou radicalmente de posição ao saber que este imposto é destinado à merenda escolar e, portanto, “muito bem aplicado”.

Trabalhar sozinha no Município é apenas um dos graves problemas enfrentados pela nutricionista. Soma-se a isso a falta de merendeiras e o despreparo das que estão atuando. Certamente, pelo Brasil afora, as nutricionistas que estão espalhadas nos mais distantes municípios estão enfrentando problemas semelhantes, ou talvez, muito piores que os de Maria. Por isso, o Sistema CFN/CRN está reforçando sua atuação nesta área, através da Câmara Técnica específica sobre o assunto.



Os CRN X a Merenda Escolar

O CRN-7 coordena a Comissão Transitória de Merenda Escolar do CFN, que tem discutido, avaliado e sugerido ações para esta área. Na sua jurisdição, muitos profissionais têm solicitado orientações técnicas e legais sobre o assunto. O Regional está estudando os detalhes técnicos para melhor orientar o nutricionista e, também, firmou parceira com o FNDE para mapear os Responsáveis Técnicos (RT) existentes no setor.

Desde 1999, o CRN-2 tem desenvolvido várias ações de fiscalização com atuação. Hoje, 31,38% dos municípios do Rio Grande do Sul e 27,30% de Santa Catarina já possuem nutricionistas como Responsável Técnico na merenda escolar.

A maior dificuldade encontrada pelo Regional é o quadro técnico das prefeituras, o cumprimento da carga horária mínima em relação ao número de alunos, o atendimento por associação de municípios e o grande número de municípios de pequeno porte – com até cinco mil habitantes. Como resultado das atuações em prefeituras, o CRN-2 já apresentou 21

denúncias ao Ministério Público.

Diferencial

Com o propósito de ampliar a participação do nutricionista nos diversos programas dos ministérios da Saúde e da Educação, o CRN-4 está desenvolvendo um projeto piloto no município de Itaperuna (região noroeste fluminense), onde profissionais da fiscalização se reuniram com o Prefeito e a Secretária de Educação (responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar). Na ocasião foram apresentados documentos que demonstravam a atuação do nutricionista na alimentação escolar. A partir disso, o Regional passou a elaborar um estudo para fundamentar a atuação do nutricionista nestes programas, apresentando-o como um parceiro dos gestores públicos, com potencial para estabelecer um diferencial de qualidade. Este documento será usado nas negociações com os gestores municipais e estaduais durante o desenvolvimento do Projeto Integração (interiorização das ações do CRN-4 para os diversos municípios da jurisdição).

Mesmo atuando há anos com visitas fiscais nas prefeituras, o CRN-3 enviou, em 2000, ofício aos prefeitos recém-empossados nos Municípios de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul informando sobre as finalidades do Regional e as atribuições do nutricionista, principalmente, como responsável técnico pela alimentação escolar do Município. Para este ano, o CRN vai reinviar novos ofícios solicitando informações, não só sobre a atuação do nutricionista em alimentação escolar, mas também em outras Secretarias, onde atua na vigilância sanitária, ambulatórios, centros de saúde etc.

No CRN-6 as ações de orientação sobre a importância do nutricionista como RT do Programa de Alimentação Escolar têm sido intensificadas. Além disso, o nutricionista é orientado tecnicamente sobre como adotar procedimentos para otimizar a qualidade dos serviços prestados, visando a segurança alimentar da coletividade e valorizando o exercício da profissão.

Fiscalização da Merenda Escolar

O CFN criou uma Câmara Técnica Transitória de Merenda Escolar, em parceria com o FNDE, para estudar os parâmetros para a definição legal dos critérios para a fiscalização das ações técnicas do Programa, realizada pelos CRN, como também, para acompanhar o cumprimento da atual legislação.

Esta Câmara ainda funciona em caráter transitório e está compilando os dados encontrados pelos Regionais sobre os parâmetros numéricos, para discuti-los com a Diretoria Executiva da Merenda Escolar.

MP da Merenda Escolar

A Medida Provisória n.º 2178 está aguardando a instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional, que será encarregada de apreciar o texto sobre o assunto, antes que seja encaminhado para os plenários da Câmara e do Senado Federal.

Consciência histórica e ações da ASBRAN

A diretoria da ASBRAN (2002-2005) iniciou seus trabalhos em dezembro último, deparando-se com uma política nacional onde, mais do que nunca, prioriza-se no país, os aspectos sociais e suas estratégias de impacto para sanar os problemas.

Dentre estas estratégias ressalta-se o foco alimentação e Nutrição, destacando-se o Programa Fome Zero do governo federal, onde os atores sociais são os 44 milhões de pessoas em estado de fome/fome oculta. O desequilíbrio nutricional é o objeto principal das ações governamentais. Diante do quadro nutricional, necessitando de mudanças e indicando a coexistência de queda de desnutrição, sobrepeso e obesidade, sentimos a necessidade de nos inserirmos e atuarmos na busca de valorizar a avaliação da estrutura nutricional como atitude técnica essencial ao aperfeiçoamento das condições e da força do impacto de medidas estratégicas adotadas.

A ASBRAN contatou a equipe do ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome José Graziano, e em reunião conjunta com os diferentes segmentos da sociedade, instituições e empresas, apresentou sua intenção de colaborar e disponibilizou seu apoio ao Fome Zero. A atuação dentro deste contexto histórico é ímpar, pois é a primeira vez que participamos efetivamente de uma política pública de caráter nacional.

Neste momento, a ASBRAN reverencia o nome da Dra. Sandra Maria Chemim Seabra da Silva (CRN-3/0633) para compor o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que tem por ações básicas organizar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, formular o plano estratégico e emergencial de 2003, definir as políticas estruturais, específicas e locais para o país, propondo e articulando a mobilização da sociedade

civil organizada estabelecendo prioridades de ação no combate à fome.

Diante deste profundo desafio e da vontade política de fazer valer nossa profissão e os princípios que norteiam seus rumos, o caráter social e político imputado à Nutrição e à fundamental posição de articulação e integração do projeto nacional, a Dra. Sandra Chemim se dispõe a representar a ASBRAN revelando a força de seu traço de educadora e a consciência do papel social no contexto da Nutrição. Desta forma, traduz-se uma nova identidade histórica para a comunidade social levando à política nacional o perfil do nutricionista que defende sua profissão e seu juramento para melhorar a saúde de uma sociedade que vem sendo esquecida.

Esta ação nos coloca em uma situação impensada, afinal, somos manchetes no mundo pela vontade presidencial de erradicar a “mancha da fome” do solo nacional. Desta maneira, inserida neste contexto, a ASBRAN entrou em contato com a Universidade Federal do Piauí na figura de seu pró-reitor de pesquisa e pós-graduação Sr. Rômulo José Vieira e com a Sra. Presidente da CRN-6 Dra. Elenice Costa, para que, em ação conjunta, avaliássemos o impacto da implementação da etapa inicial do Fome Zero na região do semi-árido.

Hoje, a ASBRAN tem a missão de monitorar este Projeto, por delegação federal, iniciado nas cidades de Guaribas e Acauã, no Piauí. A Associação também está atuando no Projeto Fome das Letras, processo de alfabetização baseado na proposta educacional aliada ao cotidiano da população e à alimentação saudável, com uso de alimentos da própria região. O alfabeto é um veículo de educação, associado à alimentação da população trabalhada. Para este projeto existe uma equipe multiprofissional (nutricionista, agrônomo, pedagogo e estagiário), visando a educação da população de assenta-

mentos e dos quilombados, com vistas à valorização da auto-estima como via de passaporte do cidadão para o brasileiro alfabetizado e consciente socialmente.

Este projeto está em desenvolvimento no assentamento Padre Bernardo, no Distrito Federal, associado à necessária orientação e criação de cooperativas – processo em andamento no INCRA/Ministério da Agricultura. Ainda na área social, encaminhamos à Secretaria Extraordinária da Defesa da Mulher uma proposta com os seguintes focos: saúde da mulher; saúde mental; educação sexual (prostituição infantil) e inserção da mulher no mercado de trabalho e seus direitos. Propomos, também, a realização do 1º Congresso Nacional da Mulher, discutido e metodologicamente formatado em oficinas, para revelar a atuação feminina e seu relevante papel na esfera pública.

Na área de educação continuada, encontram-se em andamento estudos para a viabilização de cursos à distância que possam vencer a extensão geográfica deste país e oferecer especialização e aprimoramento a todos os associados da ASBRAN, devidamente vinculados aos programas informatizados (educação à distância). O objetivo é superar o senso comum e caminhar em busca da educação de qualidade.

O Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), que acontecerá em Campo Grande/Mato Grosso do Sul, na terceira semana de setembro de 2004, enfocará temas de saúde pública, com viés no combate à fome e desenvolvimento sustentável. Em breve estaremos divulgando mais detalhes sobre esse importante evento. Aproveitamos para agradecer ao CFN a oportunidade deste primeiro contato com os nutricionistas do Brasil.

Joana D´arc P. Mura
Presidente da ASBRAN

O nutricionista nas políticas públicas

Este texto sintetiza a trajetória de participação do nutricionista nas políticas públicas, indicando possíveis correlações com sua formação

**Luciene Burlandy
Denise Oliveira ***

O primeiro curso de nutricionista (1939) é implantado num momento de destaque da questão alimentar no campo das políticas públicas, quando diversos inquéritos populacionais são realizados e o Estado assume um papel mais ativo na regulamentação pública. Nesta conjuntura há uma articulação estreita entre o conhecimento produzido e as intervenções propostas no campo da nutrição, sob uma ótica social. Os estudos desenvolvidos são de vanguarda em termos de um enfoque interdisciplinar em saúde.

Principalmente com a instalação do governo militar em 64, a área de Saúde Pública, como um todo, é politicamente esvaziada. Pensadores críticos são exilados do país e as instituições acadêmicas sofrem controle político rígido por parte do governo. O enfoque social em saúde é especialmente abafado neste período, dado o próprio caráter de denúncia que o caracteriza. Neste contexto, tanto a vertente clínica biomédica, quanto a laboratorial da nutrição, assumem destaque (Santos, 1988).

Esse processo encontra enorme ressonância no campo das intervenções em saúde, dada a expansão significativa da assistência médica curativa neste período. De igual modo, conhecimento e intervenções estão articulados numa lógica que prioriza o enfoque médico-assistencial, curativo e biológico.

Já na década de 70, expandem-se os programas na área social e a redemocratização começa a ganhar fôlego. A nutrição acompanha esta dinâmica principalmente com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), quando a proposta de formulação de uma política nacional de alimentação e nutrição é redimensionada. Também neste período é realizado o primeiro inquérito alimentar e nutricional da população brasileira - o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) em 1974 - e proposto o desenvolvimento de Sistemas de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

A expansão dos programas nutricionais implicou na ampliação dos cursos de formação, com vistas à ocupação de um mercado de trabalho ascendente no campo das políticas públicas. Desta forma, percebe-se que a reorganização dessas políticas, determinada em grande parte por fatores externos ao campo da Nutrição (como a própria dinâmica sócio-econômica do país), influencia a formação profissional.

No entanto, a expansão dos cursos não foi acompanhada por uma maior inserção do nutricionista no planejamento da política,

que se restringiu à execução dos programas, participando de forma inexpressiva no próprio quadro de pessoal do INAN (Bosi, 1996).

Com o esgotamento do governo autoritário, reúnem-se, na década de 70, as condições de possibilidade para emergência de um novo enfoque teórico-metodológico em saúde, a chamada "Saúde Coletiva"; questiona-se, por um lado, o sistema político-econômico gerador das desigualdades em saúde e, por outro, o modelo de atenção em saúde que contribui para reforçá-las, por ser: centralizado nas práticas curativas, no segmento tecnológico altamente especializado, inacessível a grande parte da população. Tanto as instituições quanto os próprios profissionais clínicos são vistos como agentes reprodutores das desigualdades geradas pela estrutura social vigente (Burlandy & Bodstein, 1998).

Diante disto, as transformações no sistema de saúde implicariam necessariamente na reestruturação das concepções e práticas dos profissionais. De fato, a formação em saúde é profundamente impactada pelo campo da Saúde Coletiva, principalmente através dos cursos de Pós-Graduação que passam a formar um novo especialista: o sanitarista, que atua em políticas públicas, preenchendo um segmento específico do mercado de trabalho.

O nutricionista só foi incorporado a categoria de sanitarista após pressão de suas entidades representativas, uma vez que a lei instituinte não o contemplava. Os argumentos para tal referiam-se a sua inexpressiva participação na esfera do planejamento de políticas e nas ações de Saúde Pública, para além da execução de programas específicos (Santos, 1988). Este fato, dentre outros, tem íntima relação com a própria formação profissional. Estudos curriculares indicam que as áreas sócio-econômicas e a Saúde Pública são as que apresentam maior defasagem em termos de adequação dos cursos de Nutrição à carga horária recomendada pelo MEC, dificultando também a articulação entre as disciplinas das áreas biológica e social, fato que se traduz na prática profissional (Bosi, 1996).

O campo da Nutrição sofreu forte influência do enfoque da Saúde Coletiva na década de 80, quando diversos estudos apontavam os efeitos das desigualdades econômicas no consumo alimentar e no estado nutricional dos diferentes grupos populacionais (Valente & Baldijão, 1984; Vasconcelos, 1988). Já são perceptíveis também as conseqüências da formação de nutricionistas sanitaristas egressos dos cursos de pós-graduação.

Na década de 90, a Nutrição ganha nova-

mente destaque enquanto questão pública. Nesta conjuntura, a Segurança Alimentar e Nutricional é assumida enquanto um componente estratégico de governo e uma vez que demanda ações de diferentes setores (agricultura, economia, educação, etc) estimula a aproximação do nutricionista com outros profissionais. A inserção dos programas nutricionais no âmbito de uma política intersetorial também contribuiu para redimensioná-los (Valente *et alii*, 1999).

A partir do fortalecimento de parcerias entre governo e sociedade civil organizada é produzido então um documento que define os eixos de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada em junho de 1999, pelo Ministério da Saúde. A PNAN reforça a perspectiva intersetorial e incorpora a dimensão do direito humano à alimentação em todas as suas diretrizes. A atuação dos nutricionistas foi e vem sendo estratégica tanto na fase de formulação quanto de implementação desta política.

Por outro lado, a descentralização do sistema de saúde vem expandindo as possibilidades de implantação de programas locais, inclusive de segurança alimentar e nutricional, e contratação de profissionais, incluindo o nutricionista (Burlandy, 1999).

A democratização do sistema de saúde abriu espaços para constituição de conselhos deliberativos nos diferentes níveis de governo como a Comissão Intersetorial de Alimentação (CIAN), do Conselho Nacional de Saúde, que tem como atribuição subsidiá-lo nas decisões referentes à área de alimentação e Nutrição, acompanhando a implementação da PNAN, sob a ótica do controle social. Também no âmbito das ações não governamentais pode-se identificar espaços importantes de participação como o Fórum Brasileiro e estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional. Mais recentemente, o governo eleito novamente retoma a centralidade da Segurança Alimentar e Nutricional enquanto projeto estratégico multiplicando os espaços potenciais de atuação do nutricionista.

Finalizando, cabe, portanto, estimular a ocupação competente destes múltiplos espaços que, mesmo com limites, constituem fóruns privilegiados de intervenção nos rumos da política pública nos diferentes níveis de governo.

** Luciene Burlandy (CRN-4/2456) é professora da Universidade Federal Fluminense e integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e Denise Oliveira (CRN-4/56061) é nutricionista.*

CFN traça perfil do nutricionista no Brasil

Conhecer o campo de atuação do nutricionista, seu perfil e assim melhor direcionar suas diretrizes, foram alguns dos propósitos definidos pelo CFN ao fazer uma Pesquisa Nacional dos nutricionistas. Com uma amostragem de 718 casos, a pesquisa quantitativa de caráter exploratório foi realizada de 11 a 14 de novembro último, com nutricionistas das jurisdições dos sete Conselhos Regionais que compõem o Sistema CFN/CRN.

Atuação

O levantamento abordou temas como área de atuação, ano de graduação, carga horária, tempo de atuação, titulação e nível salarial. O resultado da averiguação sobre a distribuição por área de trabalho constatou que os nutricionistas inscritos nos Regionais estão atuando, em grande maioria, na área de Nutrição Clínica (atendimento em consultóri-

os, hospitais e outros) – CRN-1 (47,1%); CRN-2 (44,1%); CRN-3 (37,7%); CRN-4 (38,1%); CRN-5 (37,8%); CRN-6 (61,2%) e CRN-7 (39,3%).

A segunda área que registrou um elevado percentual de atuação do nutricionista foi Alimentação Coletiva (basicamente restaurantes), seguida da Saúde Coletiva (programas institucionais, como Merenda Escolar, PAT etc) e Ensino (*ver quadro*).

Experiência

Quanto ao tempo de experiência, verificou-se que a maioria dos nutricionistas está há 5 anos mais ou menos no mercado. de trabalho nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina encontram-se nesta condição (CRN 2), 68,4% dos entrevistados.

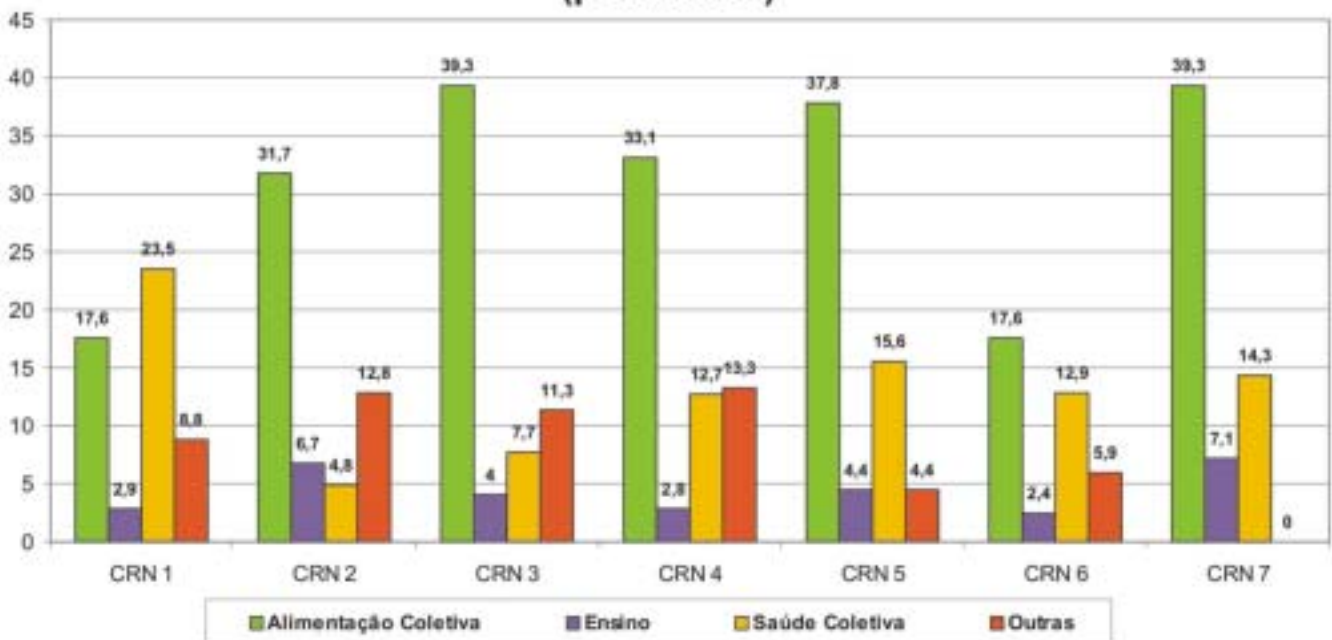
A pesquisa constatou ainda, que 50,6% dos entrevistados desconhecem a existência de piso salari-

al para a categoria, e entre aqueles que responderam que o conhece, 83% declararam não saber o seu valor. Outro dado avaliado foi a aceitabilidade da Revista do CFN: dos 83,4% que recebem a Revista, 66,8% a avaliaram como boa, 24,5% como ótima e 6,7% como regular.

Denúncia

Uma grande parcela dos nutricionistas informou que várias empresas estão contratando técnicos em nutrição para exercer suas atividades, e que em algumas regiões o salário é muito baixo devido a este fato. Porém, uma das dificuldades encontradas para a realização da pesquisa foi a grande quantidade de dados pessoais incorretos ou incompletos. Por isso, solicitamos aos nutricionistas devidamente inscritos em seus Regionais que mantenham seu cadastro atualizado.

Sistema CFN/CRN - Distribuição por área de atuação (percentual)



Os dados completos da Pesquisa podem ser encontrados no site do CFN www.cfn.org.br

ENAEN retoma organização das entidades de nutricionistas

As discussões ocorridas na Oficina das Entidades de Nutricionistas, realizada durante o XVII Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), em junho de 2002, aprovou como uma de suas ações a realização do III Encontro Nacional de Entidades de Nutricionistas (ENAEN), em setembro de 2003. A retomada destes encontros decorre do entendimento entre as entidades profissionais – conselhos, federação, sindicatos e associações de nutricionistas -, de que a articulação política entre os nutricionistas trará significativos avanços técnicos e profissionais.

História do ENAEN

O I Encontro Nacional das Entidades de Nutricionistas – I ENEN ocorreu em 1986, em Brasília. Ano de extrema importância para a história política do Brasil, quando foi eleita a Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição Brasileira, publicada em 1988.

Este foi um período significativo para os sindicatos dos trabalhadores. O ENEN enfocou temas como o piso salarial e jornada de trabalho, perfil profissional e mercado de trabalho, a Política de Alimentação e Nutrição e a Constituição Federal.

A partir do I Encontro foi aprovada a realização bienal deste evento, e deliberado como indicativo a jornada de trabalho de 30 horas para 10 salários mínimos, que passou a fazer parte de reivindicações das negociações trabalhistas. A discussão de integração dos nutricionistas nos fóruns em que o texto da nova constituição fosse discutido,

foi outra deliberação do I ENAEN. Outro ponto de destaque foi a alteração da Lei 5.276/67 (regulamentava a profissão de nutricionistas).

O II ENEN ocorreu em 1988, no Rio de Janeiro, dando seqüência às discussões iniciadas no primeiro ENEN. Neste encontro, a proposta de alteração da Lei 5.276/67 foi concluída. Paralelo ao evento ocorreu uma reunião dos sindicatos presentes, que discutiram a necessidade de unificação das propostas dos acordos coletivos em âmbito nacional. Nesta reunião definiu-se pela realização do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais, em Porto Alegre, no ano seguinte.

Novas Políticas

A partir da realização do ENEN foi criada a Federação Nacional de Nutricionistas (FNN). O III ENEN estava programado para ser realizado em 1990, em Belo Horizonte. Este ano foi marcado por transformações políticas: posse do primeiro presidente da República, eleito pelo voto direto, Fernando Collor, após a ditadura militar, que adotou o confisco das contas-poupanças. Este fato, que causou sérios prejuízos ao povo brasileiro, inviabilizou a realização do III Encontro.

Durante 14 anos, as entidades de nutricionistas não realizaram mais o ENEN. Neste período, com o aumento significativo do número de cursos de Nutrição, os estudantes começaram a se organizar e criaram a Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição e utilizaram a sigla ENEN para identificá-la. Assim, foi deliberado, na oficina ocorri-

da no último CONBRAN, que a partir de 2003 os encontros nacionais de entidades de nutricionistas passariam a adotar a sigla ENAEN.

Novo ENAEN

As entidades de nutricionistas, (Sistema CFN/CRN, FNN e Sindicatos, ASBRAN e Associadas), juntamente com a ENEN, estão se organizando para promoverem o III ENAEN, dando seqüência aos encontros antes realizados, como resgate histórico deste evento. Os temas propostos para a discussão são exercício profissional com enfoque no código de ética; perfil do profissional; objeto de trabalho; vínculo com o cliente; valorização profissional; papel político do profissional e interfaces com as outras categorias; inserção do nutricionista no mercado de trabalho - com ênfase no tipo de trabalho; jornada de trabalho; piso salarial e papel político das entidades; formação acadêmica e educação continuada – destacando as diretrizes curriculares projeto político pedagógico, avaliação do ensino, papel político dos docentes e discentes e identidade profissional do docente.

Para o Sistema CFN/CRN, a reorganização das entidades dos nutricionistas em todos os níveis é fundamental para assegurar os mais diversos direitos que contribuem para o desenvolvimento qualitativo da profissão. O esforço conjunto das entidades pode contribuir de maneira significativa para a valorização e crescente presença do nutricionista na sociedade.



CFN presente no III Fórum Social Mundial

Pela terceira vez, o CFN participou das discussões que marcaram o Fórum Social Mundial (FSM). Na última edição realizada de 23 a 28 de janeiro de 2003, em Porto Alegre/RS, o Conselho foi representado pelas conselheiras Rosane Nascimento, Fátima Fuhro, Miriam Salomão e Fátima Santana, que acompanharam os debates das oficinas relacionadas com a Segurança Alimentar e Nutricional e sobre outros temas. O Fórum promoveu 1.286 oficinas e reuniu mais de 100 mil participantes, dentre delegados, observadores, profissionais da imprensa e ativistas de todo o mundo; 5.717 organizações de 156 países, garantindo assim, sua disseminação pelos quatro cantos do mundo.

“Com toda certeza o FSM reforçou o espírito de sua realização enquanto fórum de discussão de grandes temas sociais, políticos e conjunturais e na junção de esforços que se contrapõem às injustiças”, avalia a presidente do CFN Rosane Nascimento da Silva. Este ano, o CFN participou de reuniões paralelas à programação do evento, com entidades e movimentos representativos da sociedade civil para discutir a conjuntura e a política governamental para a área de Nutrição. Estes encontros geraram uma rica troca de experiências sobre a atuação do nutricionista no Brasil e em outros países. “Participar do FSM é uma oportunidade ímpar pela sua diversidade, pela riqueza da troca de idéias e muito mais pela possibilidade de ampliar horizontes e articular com outras entidades”, defende Rosane.

Para a conselheira Miriam Salomão, a possibilidade de partilhar alternativas com outros povos e entidades para melhorar a qualidade de vida, representa um ganho especial para os participantes do FSM. “A chamada do Fórum – Um outro Mundo é Possível – nos remete à reflexão e

à adoção de atitudes que levam à concretização deste lema”, reconhece.

Na oficina *Food-Jam*, que contou com a presença significativa de nutricionistas e de entidades representativas da categoria, o CFN e a ASBRAN convidaram os nutricionistas para discutirem as estratégias de atuação das entidades nas políticas públicas da área de Alimentação e Nutrição. “Podemos constatar que é muito importante participarmos de eventos dessa natureza, pois apontam para a possibilidade do nutricionista estar cada vez mais presente nas questões sociais, procurando melhor desempenhar suas atividades nas ações que envolvem a alimentação e nutrição”, concluiu Miriam.

A paz mundial

Mas a iminente guerra, à época, dos Estados Unidos contra o Iraque foi o grande tema do Fórum. O cenário pós-guerra foi delineado pelo pensador americano Noam Chomsky, que durante sua conferência afirmou que nada foi provado sobre a suposta ligação de Saddam Hussein com a Al-Qaeda de Bin Laden. Para ele, este intercâmbio provavelmente nem exista, porque o Iraque não correria o risco de fornecer munição a parceiros não-confiáveis. A reação mundial contra a guerra, segundo Chomsky, expôs a fragilidade dos argumentos de George Bush

para atacar Saddam. “Busch provocou uma inundação de propaganda esdrúxula pós-guerra, porque o medo surte efeito. Mas a reação a isso, mesmo nos Estados Unidos, atingiu níveis nunca vistos”, afirmou Chomsky.

Israelenses e palestinos também estiveram unidos no FSM para defender a paz no Oriente Médio. Integrantes do Movimento Diálogos pela Paz, que tem como mentores os gaúchos Beto Turquenitch e Mohamed Jihad, com o apoio da Prefeitura de Porto Alegre e da Unesco, referendaram a Carta de Porto Alegre, fruto dos seminários que discutiram formas de combater a guerra, a retirada israelense dos territórios ocupados em 1967 e a criação de um Estado palestino independente.

No último dia do Fórum, os participantes realizaram uma Marcha pelas ruas de Porto Alegre *Contra a Guerra e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca)*.

4º FSM

A polêmica causada em torno da ida do presidente Luis Inácio Lula da Silva ao Fórum Econômico Mundial, que acontece na mesma época em Davos, Suíça, não prejudicou o sucesso indiscutível do Fórum de Porto Alegre. Em seu discurso no FSM, Lula deixou claro que aceitou ir a Davos para afirmar que “não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer no planeta Terra”.

São essas diferenças que continuarão pautando a realização do FSM. Na sua 4ª edição, prevista para acontecer na Índia, em 2004, o foco das discussões será as questões sociais asiáticas; os principais conflitos da região, como o sectarismo étnico e as guerras. Mas, certamente, este Fórum continuará revelando aos diferentes povos que um outro mundo – mais justo, mais fraterno, mais igualitário – é possível.



Conselheiras do CFN no III FSM



4

PROMOÇÃO de lançamento*

Adquira já o melhor e mais usado software para avaliação nutricional e prescrição de dietas. Com mais de 3000 usuários, entre nutricionistas e clínicas; além de ser utilizado como ferramenta acadêmica nas principais universidades do país.

Veja algumas das novidades:

- Mais de 3700 alimentos em 8 tabelas distintas
- Personalização da tabela de alimentos e da composição química
- Atualização das recomendações nutricionais segundo IDRs/DRIs
- Recomendações dietéticas para portadores de Patologias
- Inclusão de até 12 refeições por cardápio, permitindo a definição de horários
- Avaliação nutricional para todas as faixas etárias

O DietPRO é desenvolvido pela Agromídia Software, empresa pioneira da Incubadora da Universidade Federal de Viçosa-MG, e é resultado de anos de pesquisas das Dras. Josefina Bressan e Elizabeth Esteves.

Entre em contato pelo telefax (0XX) 31 3892-7700 ou acesse www.dietpro.com.br e confira!!!

**válida até 15/06/2003*



Ainda mais fácil de usar

Manual esclarece principais dúvidas do Nutricionista

O Sistema CFN/CRN lançará um Manual explicativo para os nutricionistas, com o objetivo de disseminar, as principais diretrizes da relação Sistema X Nutricionista. As dúvidas do profissional sobre o Sistema, a estrutura e funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais, as atribuições, deveres e direitos dos nutricionistas e dos responsáveis técnicos também serão esclarecidos pelo Manual.

Com esta publicação pretende-se, também, estabelecer uma relação mais estreita entre o nutricionista e o seu Conselho Regional e propagar normas importantes estabelecidas pela legislação que regulamenta a profissão. Ao apresentar diversos pontos que são úteis para o dia a dia do profissional, o Sistema pretende assegurar que todos estejam bem orientados para o bom desempenho de suas funções em

favor da alimentação saudável da população e, conseqüentemente, consolidar sua presença em diversos segmentos da sociedade.

Os nutricionistas devidamente cadastrados em seus Conselhos Regionais receberão o Manual, gratuitamente, bem como as universidades que ministram o curso de Nutrição devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

NUTRICIONISTA! Atualize hoje mesmo seu endereço.

Mudou de endereço? Alterou seu nome? Então informe imediatamente ao seu Conselho Regional. Com seus dados devidamente atualizados o nutricionista pode receber em sua casa as publicações dos Conselhos Federal e Regional, e outras correspondências essenciais para o desempenho da profissão.

Não deixe para depois. A atualização pode ser feita por telefone, fax ou e-mail. Na página 20 desta Revista, você encontra todos os endereços e contatos dos Regionais e ainda, no site do CFN www.cfn.org.br, você poderá enviar um e-mail diretamente para o Regional com os novos dados. Contribua para a atualização do banco de dados do seu Regional. Mantenha as informações sobre seus dados pessoais sempre atualizadas.

Agenda

Curso Atendimento Nutricional

Data: 4 a 7 de maio de 2003

Local: Pestana Bahia Hotel - Salvador-BA

Informações: (71) 264-3477 - www.eventssystem.com.br

Nutrição Clínica: Obesidade e Doenças Cardiovasculares – Prof. Dra. Ana Maria Pitta Lottemberg

Datas:

23 e 24/maio - Atlante Plaza - Recife

30 e 31/maio - Inter-Continental - São Paulo

15 e 16/ago - Sheraton - Porto Alegre

29 e 30/ago - Ouro Minas - Belo Horizonte

Informações: nucleo@nutricaoempauta.com.br

Nutrição e Câncer – Prof. Dra. Nelzir Trindade Reis

Datas:

23/maio - Atlante Plaza - Recife

30/maio - Inter-Continental - São Paulo

15/ago - Sheraton - Porto Alegre

29/ago - Ouro Minas - Belo Horizonte

Horários: sexta das 13h30 às 17h30 (4 horas)

Programa: Classificação e agentes etiológicos; Fisiopatologia; anormalidades metabólicas mais freqüentes; DÉP/ caquexia do câncer; Avaliação nutricional; Tratamento dietético vs. estado nutricional (radioterapia, quimioterapia e cirurgia) e Considerações finais

Informações: nucleo@nutricaoempauta.com.br

Nutrição Esportiva: Metabolismo, Nutrição e Medicina da Musculação – Prof. Dr. Roberto Carlos Burini, Dra. Nailza Maestá, Prof. Edilson Serpeloni e Dr. Euclésio Bragança

Datas:

- 16 e 17/maio - Sheraton - Porto Alegre - 6 e 7/junho - Bourbon

- Curitiba - 22 e 23/agosto - Rio Atlântica - Rio Janeiro

Horários: sexta das 18h às 22h e sábado das 8h30 às 17h30 (12 horas)

Nutrição Clínica: Implicações Clínicas e Nutricionais nas Deficiências e Excessos de Vitaminas e Minerais – Prof. Nelzir Trindade Reis e Prof. Dr. Ricardo G. Coelho

Datas:

17/maio - Rio Atlântica - Rio de Janeiro

23/agosto - Naoum Plaza - Brasília

Horários: sábado das 8h30 às 17h30 (8 horas)

Informações: nucleo@nutricaoempauta.com.br

IV Congresso Internacional de Gastronomia, Nutrição e Qualidade de vida

Data: 26 a 28 de junho de 2003.

Local: Hotel Intercontinental – São Paulo

Informações: nucleo@nutricaoempauta.com.br

II Simpósio de Nutrição em Cardiologia

Local: Expogramado em Gramado/RS

Data: 02 e 03 de Novembro de 2003

Informações: www.cardiolrs.com.br

(Simultaneamente ocorrerá o Concurso de Gastronomia Hospitalar em Cardiologia)

Gastronomia na Terceira Idade

Data: 7 de maio a 26 de julho.

Informações: Universidade Gama Filho Coordenação de Pós-graduação e Atividades Complementares

Tel.: (21) 2599-7136 Telefax: (61) 2599-7217

E-mail: cepac@ugf.br

VIII Curso de Educação Continuada e Nutrição Clínica

Data: a partir de 23 de maio.

Inscrição e Informação: (11) 3284-6318

www.nutritotal.com.br

www.ganep.com.br



Endereços CRN

•CRN - 1ª REGIÃO

GO - Goiás

MT - Mato Grosso

TO - Tocantins

DF - Distrito Federal

CONTATO:

SCN Qd. 01 – Bloco E – Sala 1611

Ed. Central Park -

CEP: 70.710-902 - Brasília-DF

FONE: (61) 328-3078

E-MAIL: crn_1@bol.com.br

•CRN - 2ª REGIÃO

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

CONTATO:

AV. TAQUARA, 586 – S. 503 – Bairro Petrópolis

CEP: 90.460-210 - Porto Alegre-RS

FONE: (51) 3330-9324 ou 3330-5674 (Direto)

FAX: (51) 3330-9324

E-MAIL: crn2@zaz.com.br

•CRN - 3ª REGIÃO

MS - Mato Grosso do Sul

PR - Paraná

SP - São Paulo

CONTATO:

AV. PAULISTA, 568 – 6ª Andar

CEP: 01.310-000 - São Paulo – SP

FONE: (11) 3284 – 1779, 3284-1222, 3284-

7357, 289-4744

FAX: (11) 3284-0294

E-MAIL: crn3.fwb@zaz.com.br

www.crn3.org.br

•CRN - 4ª REGIÃO

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

CONTATO:

AV. GRAÇA ARANHA, 145 – Grupo 807

CEP: 20.030-003 - Rio de Janeiro- RJ

FONE/FAX: (21) 2262-8678

E-MAIL: crn4@crn4.org.br

www.crn4.org.br

•CRN - 5ª REGIÃO

SE - Sergipe

BA - Bahia

CONTATO:

AV. 7 de Setembro, 174, Ed. Santa Rita - Sala 701

CEP: 40.060-000 - Salvador-BA

FONE: (71) 322-8037

FAX: (71) 322-8142

E-MAIL: crncinco@atarde.com.br

•CRN - 6ª REGIÃO

AL - Alagoas

PB - Paraíba

PI - Piauí,

MA - Maranhão

RN - Rio Grande do Norte

CE - Ceará

Fernando de Noronha

PE - Pernambuco

CONTATO:

Rua Bulhões Marques, 19 - Salas 801/802

Boa Vista

CEP: 50.060-050 Recife - PE

FONE: (81) 3222-2495

FAX: (81) 3222-1458

E-MAIL: crn6pe@elogica.com.br

www.crn6.com.br

•CRN - 7ª REGIÃO

AC - Acre

AM - Amazonas, RO - Rondônia,

RR - Roraima, AP - Amapá, PA - Pará

CONTATO:

AV. Generalíssimo Deodoro, 1978, Cremação

CEP: 66.045-190 Belém – PA

FONE: (91) 241-0412 - (91) 230-2949

FAX : (91) 241-0412

E-MAIL: consenut@zaz.com.br